



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação oral e respectivas questões

O Governo da RAEM propôs, há anos, a implementação de um sistema de segurança social a dois níveis, mas o seu progresso tem sido lento. Quanto ao Fundo de Segurança Social, que representa o 1.º nível, há que resolver os problemas registados, e quanto ao Fundo de Previdência Central, que representa o 2.º nível, a transição de um regime de poupança central para um regime de previdência central obrigatória ainda está por concretizar.

Com base nisto, julgo que o sistema de segurança social a dois níveis deve ser aplicado, tal como é aos residentes, ao Chefe do Executivo e aos titulares dos principais cargos, como forma de compensação depois da cessação de funções, acabando-se assim, de facto, com as disputas decorrentes da proposta de lei intitulada “Regime das garantias dos titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos a aguardar posse”, que foi já retirada por ser acusada de beneficiar apenas os governantes. Só assim será possível acabar com o fenómeno de “beneficiar os superiores”, existente no actual regime em vigor na Função Pública, convertendo-se assim o mal em bem.

Assim sendo, em relação à implementação de um sistema de segurança social a dois níveis, aplicável aos governantes e residentes, interpelo o Governo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. A atribuição antecipada da pensão para idosos e o critério de atribuição da pensão de invalidez do actual regime de segurança social têm sido sempre alvo de críticas. Na resposta a uma pergunta minha colocada em plenário, o Chefe do Executivo afirmou que, segundo a actual fórmula de cálculo, com o aumento da pensão para idosos, os que optaram pela antecipação do respectivo recebimento vão sofrer um prejuízo na ordem das dezenas de milhar de patacas, situação que afecta mais de 30 mil idosos, por isso, incumbiu actuários de procederem a um estudo e de encontrarem soluções. Quais foram os resultados obtidos? De que medidas dispõe o Governo para compensar os prejuízos sofridos pelos idosos que não foram antecipadamente esclarecidos sobre os riscos? Quanto à atribuição da pensão de invalidez, mantém-se o critério usado antes do regresso à Pátria, ou melhor, a pensão é apenas atribuída aos "paraplégicos", ficando assim excluídas muitas pessoas, mesmo reconhecidas pelo Governo como deficientes. De que medidas dispõe então o Governo para melhorar esta situação?

2. O texto da consulta pública sobre o Regime de Previdência Central, lançado pelo Governo, não faz qualquer referência nem às opções nem à calendarização para promoção da criação de um regime de previdência central obrigatório. Será que o Governo está a gastar muito tempo com a promoção da evolução do regime de poupança central rumo ao regime de previdência central obrigatório? O Governo deve definir uma



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

calendarização para exortar as empresas concessionárias, incluindo as exclusivas, do sector do jogo, do fornecimento de água e electricidade, dos transportes aéreos, marítimos e terrestres, e das telecomunicações, a aderirem ao regime de previdência central. Deve ainda definir uma calendarização para a adesão ao referido regime dos profissionais das áreas da saúde, educação, comunicação social e acção social, bem como promover, quanto antes, a criação de um regime de previdência central obrigatório alargado a todos. O Governo vai fazê-lo?

3. Quanto ao regime de garantias dos titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos após cessação de funções, o Governo deve adoptar um modelo idêntico ao que se aplica à população. Aqueles titulares em conjunto com a população poderão assim aderir ao Fundo de Segurança Social e receber, quando necessário, a respectiva pensão para idosos e subsídio de desemprego. E quanto ao futuro, devem aderir, também em conjunto com a população, ao regime de previdência central obrigatório e usufruir de dois níveis de garantias. O Governo vai fazer isso?

3 de Junho de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ng Kuok Cheong